

## Experiências em Arqueologia da Arquitectura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA FONTES, ANDRÉ MANUEL PAES MACHADO.  
SOFIA BARROSO CATALÃO  
Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho  
Avenida Central, 39, P 4710-228 BRAGA

### Resumo

Na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho desenvolvem-se projectos de estudo e/ou de prestação de serviços especializados em Arqueologia de Arquitectura, no quadro de protocolos e/ou contratos celebrados com entidades que tutelam património arquitectónico, designadamente o IPPAR, a DGEMN e Câmaras Municipais.

Os primeiros trabalhos iniciaram-se nos finais da década de 80 do século xx, adquirindo-se desde então uma bagagem conceptual e metodológica de tradição italiana, filtrada pelas experiências espanholas veiculadas pelos investigadores do CSIC.

Os trabalhos realizados constituíram experiências distintas, tanto do ponto de vista institucional, como dos objectivos que orientaram as intervenções ou ainda do ponto de vista dos recursos metodológicos empregues.

Apresentam-se aqui algumas reflexões suscitadas pela diversidade das experiências em Arqueologia de Arquitectura da Unidade de Arqueologia, especialmente nas áreas das metodologia e relações interdisciplinares.

*Palavras-chave:* Análise estratigráfica / Arquitectura religiosa / Conceitos / Metodologias / Projectos integrados

### Abstract

The Department of Archaeology at the Universidad de Minho develops study projects and the provision of services specializing in Archaeology of Architecture, for protocols and/or contracts signed with bodies concerned with Architectonic Heritage, particularly the IPPAR, the DGEMN and city councils.

The first works began in the late 1980s, and have since taken on concepts and methodologies in the Italian tradition, filtered through Spanish experiences with CSIC researchers.

The studies have taken in various experiences, whether from the institutional point of view, from the objectives which led to the interventions or in terms of the methodological resources used. Presented here are some reflections arising from the diversity of the Department of Archaeology's experiences in Archaeology of Architecture, especially in methodological aspects and interdisciplinary relations.

*Key words:* Stratigraphic analysis; Religious architecture; concepts; methodologies; integrated projects.

## 1. INTRODUÇÃO

A Arqueologia da Arquitectura é uma área disciplinar que, em Portugal, conhece um desenvolvimento muito recente. O seu contributo tem vindo a ser progressivamente reconhecido, especialmente por via dos projectos integrados de intervenção em monumentos classificados, promovidos pelas entidades da tutela - Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

A Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) tem participado activamente na afirmação desta nova área de estudo, apostando na formação de uma equipa especializada para dar resposta às solicitações de intervenção em monumentos arquitectónicos.

Nesta comunicação pretendemos apresentar, necessariamente de forma sucinta, algumas reflexões suscitadas pelas diferentes experiências em Arqueologia da Arquitectura realizadas pela UAUM.

No primeiro capítulo começamos por definir o conceito de Arqueologia da Arquitectura. A seguir comentamos criticamente 5 trabalhos que seleccionamos como exemplificativos dos refinamentos metodológico e conceptual que fomos fazendo. Concluimos com algumas considerações sobre as perspectivas de desenvolvimento futuro da disciplina.

## 2. ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA: O QUE É E PARA QUE SERVE?

Qualquer bem patrimonial ou monumento, enquanto construção histórica, contém em si, em cada uma das suas partes constituintes, um pouco da história da sua formação ou edificação e só se constitui como bem patrimonial, só adquire sentido e valor, se apreendido na dinâmica dos tempo e espaço históricos, se percebido como património vivido. Na forma como hoje se apresentam, correspondem ao produto final de uma acumulação estratigráfica de elementos construtivos e de relações estabelecidas com o meio.

Da perspectiva acima enunciada decorre que o património edificado se configura, portanto, como contextos arqueológicos de longa duração. Sujeita-se, por isso mesmo, aos princípios e métodos de análise arqueológica, especialmente os correlacionadas com a sequenciação estratigráfica.

A Arqueologia da Arquitectura deve proporcionar conhecimento sobre as formas e funcionalidades das edificações, sobre as técnicas e materiais com que foram construídas e sobre os usos a que foram sujeitas na sua duração mais ou menos longa.

Assim, entende-se a Arqueologia da Arquitectura como a disciplina através da qual se elabora a história dos edifícios e dos espaços conexos, considerados na sua indivi-

dualidade construtiva e nos seus contextos sociais, económicos, artísticos e tecnológicos particulares.

O seu exercício implica a manipulação de dados de natureza diversa, desde os documentais aos estratigráficos e arqueométricos e dos historiográficos aos estilísticos, pelo que a Arqueologia da Arquitectura é, também, um instrumento de análise imprescindível para a obtenção do conhecimento necessário a qualquer intervenção informada sobre o património edificado.

A prática da Arqueologia da Arquitectura determina, necessariamente, a aceitação das obrigações decorrentes do comprometimento social da disciplina com as necessidades de protecção, estudo e gestão do património arquitectónico, como consagram, aliás, as Cartas e Convenções Internacionais.

### 3. BREVE BALANÇO CRÍTICO DE TRABALHOS EM ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA

Na UAUM desenvolvem-se projectos de prestação de serviços especializados e/ou de estudo em Arqueologia da Arquitectura, no quadro de protocolos e/ou contratos celebrados com entidades que tutelam património arquitectónico, designadamente o IPPAR, a DGEMN e Câmaras Municipais.

Genericamente, os trabalhos realizados podem classificar-se de acordo com a seguinte tipologia: avaliação de impactos; acções de minimização; estudos; e produção de conteúdos para divulgação. Embora estejam pendentes alguns estudos de arquitectura militar e civil, a esmagadora maio-

ria dos trabalhos realizados e em curso respeitam a arquitectura religiosa e decorreram da implementação de projectos integrados de valorização dos monumentos.

Os primeiros trabalhos iniciaram-se nos finais da década de 80 do século passado, adquirindo-se desde então e progressivamente uma bagagem conceptual e metodológica de tradição italiana, filtrada pelas experiências espanholas veiculadas pelos investigadores do Consejo Superior de Investigaciones Científicas / CSIC - Madrid (equipa coordenada por Luis Caballero Zoreda) e mais recentemente acrescentada pelas nossas próprias experiências na Unidade de Arqueologia.

Apresentamos em seguida 5 exemplos de trabalhos em Arqueologia da Arquitectura realizados ou em curso de realização na UAUM, com os quais pretendemos evidenciar o percurso metodológico, conceptual e instrumental que as sucessivas experiências foram determinando. Para melhor se compreender a evolução registada, caracterizamos cada um dos trabalhos em função dos seguintes aspectos, não necessariamente apresentados por esta ordem: a) âmbito e objectivos do estudo; b) filosofia de intervenção/conceitos; c) metodologia e ferramentas de trabalho; d) normalização de registos; e) resultados.

#### 3.1. Igreja Velha de São Torcato / Guimarães (1987)

Os trabalhos arqueológicos na igreja de São Torcato, constituem a intervenção fundadora da Arqueologia da Arquitectura na UAUM, no sentido em que suscitaram o nosso inte-

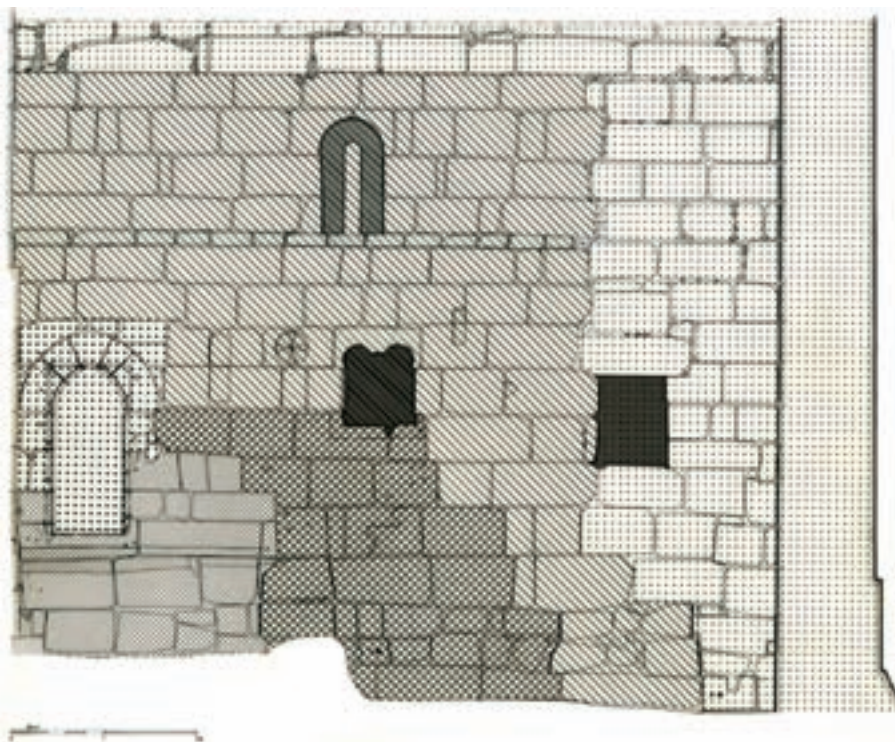


Figura 1. Alçado interpretado da Igreja matriz de São Torcato

resse pela matéria, interesse também alimentado pelo desejo de realizar uma Arqueologia «mais aplicada», mas em que a produção de conhecimento se afirmava já como radicalmente indispensável a qualquer intervenção no património.

A Comissão Fabriqueira da igreja matriz de São Torcato, um monumento classificado cujas origens remontam aos séculos IX-X, promoveu um projecto de restauro da igreja e de requalificação do espaço envolvente, iniciando as obras sem qualquer acompanhamento arqueológico. Na sequência da descoberta de elementos arquitectónico-decorativos alto-medievais, alertou-se o então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, que determinou a realização de trabalhos arqueológicos de emergência, com o objectivo de minimizar o impacto das obras, já em fase avançada de execução.

A intervenção arqueológica abrangeu o interior da igreja e parte do adro envolvente, tendo sido possível realizar diversas sondagens, na sequência das quais se colocou a descoberto parte dos alicerces da capela-mor da primitiva igreja altomedieval e parte da necrópole associada à ocupação do mosteiro durante toda a Idade Média. Procedeu-se ainda ao levantamento integral dos alçados da parede norte da capela-mor.

Nessa época já se procedia ao registo sistemático de estratigrafias e de estruturas, em desenhos e fotografias de planos e de perfis, mas ainda não se havia normalizado a descrição da estratigrafia, que era feita de forma sintética directamente sobre os desenhos. Quando se terminava a escavação de uma zona, procedia-se ao desenho dos perfis estratigráficos, estabelecendo-se nesse momento a sequência estratigráfica parcial, com integração de todos os dados registados no decurso da escavação dessa zona. No final da intervenção cruzaram-se os dados da escavação e da leitura estratigráfica de alçados com os dados documentais e

historiográficos, elaborando-se um relatório com uma primeira e muito lacunar proposta de interpretação da evolução arquitectónica do monumento.

Concluídas as obras, suspenderam-se também os trabalhos arqueológicos e, apesar de todas as questões que ficaram em aberto e do enorme potencial científico e valor histórico e cultural do monumento, nunca as entidades da tutela, por alegadas razões financeiras, consideraram a continuidade do estudo arqueológico.

Passados todos estes anos, não podemos deixar de reconhecer que a intervenção arqueológica em São Torcato foi uma intervenção de remedeio, que as circunstâncias de então em grande parte explicam e que traduzem bem as dificuldades que houve —e que continuam a repetir-se em muitas intervenções actuais— em implementar uma metodologia integrada de intervenção em monumentos, que contemplasse a realização de estudos prévios, designadamente de Arqueologia.

Apesar das limitações apontadas, os trabalhos arqueológicos em São Torcato constituíram, do ponto de vista da Arqueologia da Arquitectura, um primeiro ensaio, muito básico, sem dúvida, mas que serviu para evidenciar a necessidade de desenvolver metodologias de intervenção adequadas e de formar equipas de arqueologia com procedimentos de rotina bem estabelecidos, apoiados nos indispensáveis meios técnicos.

### 3.2. Mosteiro de São Martinho de Tibães / Braga (1992-2004)

Fundado no século XI, o mosteiro de São Martinho de Tibães foi instituído, no século XVI, Casa-Mãe da «Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal», vindo a ser encerrado em 1833-34, no quadro da ex-



Figura 2. Restituição em modelo 3D do incêndio de 1894, no Mosteiro de São Martinho de Tibães



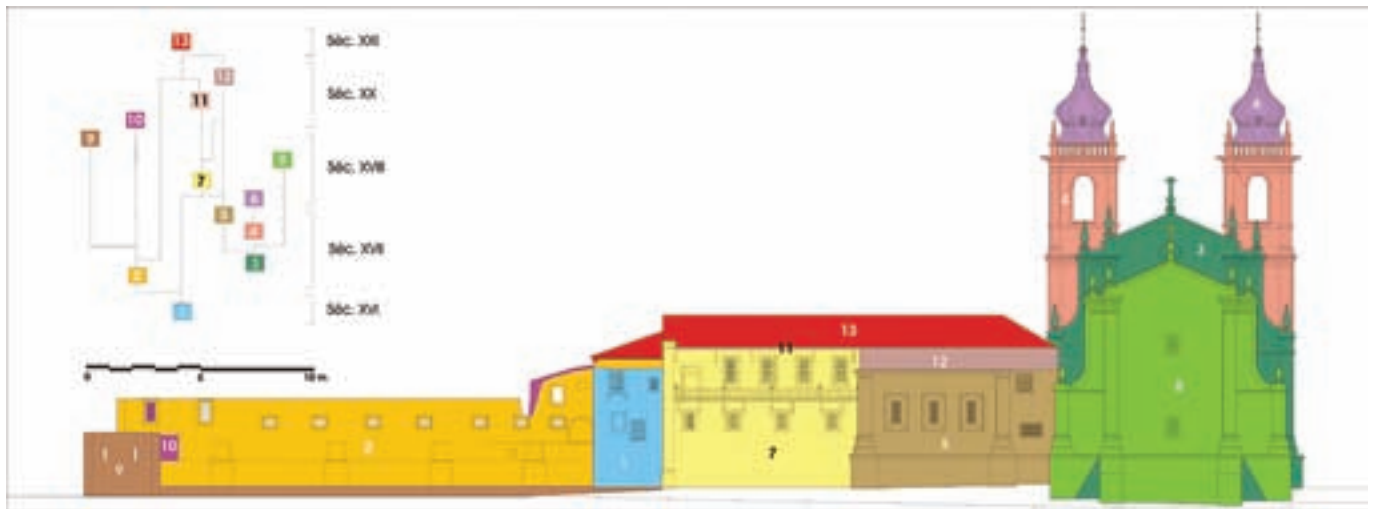


Figura 3. Leitura estratigráfica do alçado nascente do Mosteiro de São Martinho de Tibães

tição geral das ordens religiosas em Portugal. Após anos de abandono e ruína, apesar de classificado como Imóvel de Interesse Público, foi comprado em 1986 pelo Estado Português. Delineou-se então um amplo programa de recuperação, dinamização e reutilização, consubstanciado no estabelecimento do Mosteiro de São Martinho de Tibães como serviço dependente do IPPAR e na implementação de um vasto conjunto de obras de restauro e adaptação (projecto do arquitecto João Carlos Santos, com Maria João Dias Costa), que viriam a afirmar Tibães como intervenção exemplo em conjuntos monásticos, no âmbito do POIP: Programa Operacional de Intervenção no Património (2000-2006).

No cumprimento do disposto nas Convenções Internacionais, que consagram a actuação da Arqueologia na intervenção em monumentos e sítios históricos, convenções que Portugal também subscreveu, foi solicitada à Unidade de Arqueologia, em 1992, a realização do estudo arqueológico do mosteiro de Tibães (sob a direcção de Luis Fontes e, desde 2004, com a colaboração de Francisco Andrade e Cristina Guimarães), com o duplo objectivo de proporcionar informação à direcção da intervenção que lhe permitisse desenvolver adequadamente os seus projectos e de aumentar o conhecimento sobre a história da ocupação do sítio e da evolução arquitectónica do edificado.

Na fase inicial da intervenção, deu-se prioridade à escavação arqueológica para informar o projecto de arquitectura, configurando uma actuação do tipo «avaliação de impacto arqueológico». Os resultados obtidos e o confronto com os importantes dados proporcionados pela documentação histórica, reforçaram a orientação dos objectivos para a resolução de questões científicas, como sejam a origem e evolução crono-cultural da ocupação humana do sítio, a se-

quência construtiva e modelos arquitectónicos do edificado monástico, e a influência do mosteiro na estruturação e ordenamento da paisagem envolvente.

Fizeram-se escavações em área ou simples sondagens em todas as partes do mosteiro, com registo sistemático e rigoroso das estratigrafias e estruturas, em fotografia, desenho a escalas diversas e fichas ou listas/inventários descritivos.

Procedeu-se também à leitura estratigráfica parcial de alçados, beneficiando-se do levantamento topográfico integral, realizado para servir de memória do existente e de base para os projectos de arquitectura. Elaboraram-se então as primeiras fichas de descrição estratigráfica contemplando unidades estratigráficas construtivas.

Ao nível da documentação, contamos com o contributo dos investigadores do mosteiro de Tibães (Aida Mata, Anabela Ramos e Paulo Oliveira), que extraíram dos arquivos importantes informações sobre obras e sobre a configuração arquitectónica do mosteiro desde o século XVI até à sua extinção e posterior venda em hasta pública na segunda metade do século XIX.

Em termos de resultados, refira-se o achado de restos significativos dos edifícios medievais e do início da Época Moderna, com destaque para a identificação do modelo da igreja românica e da «porta dos carros» do século XVI, devendo esta última ser integrada no circuito de visita ao monumento, bem como a definição de toda a sequência da reconstrução dos séculos XVI e XVII-XVIII.

Produziram-se já sínteses interpretativas cruzando os dados de natureza arqueológica (escavação e leitura de alçados) com os dados documentais, as quais sustentaram a elaboração de conteúdos multimedia sobre a paisagem, a evolução arquitectónica e o quotidiano monásticos de Tibães,

recentemente colocados à disposição dos visitantes do mosteiro em quiosques multimedia. Está também no prelo uma monografia que recolhe os principais resultados da intervenção arqueológica, exactamente subintitulada *Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em arqueologia da Paisagem e da Arquitectura*.

O estudo arqueológico de Tibães constitui, para nós, um exemplo de um projecto de Arqueologia da Arquitectura que se foi delineando no decurso da intervenção, de acordo com as solicitações que se foram colocando como o seu desenvolvimento. Aí adquirimos a experiência que nos permitiu desenhar a intervenção seguinte, no mosteiro de Rendufe, logo de início de acordo com todos os requisitos que caracterizam um «verdadeiro» estudo de Arqueologia da Arquitectura.

### 3.3. Mosteiro de Santo André de Rendufe / Amares (2001-2006)

Fundado no último quartel do século XI, o mosteiro beneditino de Santo André de Rendufe, Amares, sobreviveu aos períodos de crise que eliminaram parte significativa das casas monásticas do Minho no decurso dos séculos XIV e XV e veio a afirmar-se como uma das mais importantes abadias da reformada Congregação Beneditina do Reino de Portugal, iniciando nos finais do século XVI um percurso de crescimento que culminou, no século XVIII, na reconstrução quase total do edificado. Extinto em 1833-34, ficou com a igreja e parte do claustro afecto à paróquia, sendo o restante vendido a particulares, passando a exploração agrícola.

Porque se trata de um imóvel com grande interesse patrimonial, classificado como de Interesse Público, a necessitar de obras de conservação e adaptação, o mosteiro de Santo André de Rendufe integrou o programa de recuperação dos conjuntos monásticos implementado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico. Também aqui se seguiu a metodologia de intervenção integrada, solicitando-se o desenvolvimento preliminar de estudos de diversas especialidades, cujos resultados se incorporarão no projecto final, em curso de elaboração.

O estudo histórico e arqueológico foi entregue a uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, coordenada por Luis Fontes, fixando-se três objectivos principais: um de natureza científica (aumentar o conhecimento sobre o mosteiro); outro de carácter informativo (proporcionar dados às diversas artes envolvidas, em especial à arquitectura e à engenharia); e um terceiro de natureza preventiva (minimizar os impactes das obras no subsolo).

Beneficiando já das experiências obtidas noutras intervenções, designadamente no mosteiro de São Martinho de Tibães, definiu-se um plano de trabalhos que contemplou, numa primeira fase, a recolha de documentação de arquivo relativa a obras, o levantamento fotográfico do existente, uma primeira análise da evolução do edificado, com base numa espécie de «estudo prévio de alçados» e a identificação das condicionantes arqueológicas.

Foi nesta fase que se procedeu à recolha exaustiva das fontes documentais (a cargo de Célia Ramos Silva), reunindo informações sobre obras executadas desde o século XVI, com base nas quais se elaborou uma primeira sinopse cons-

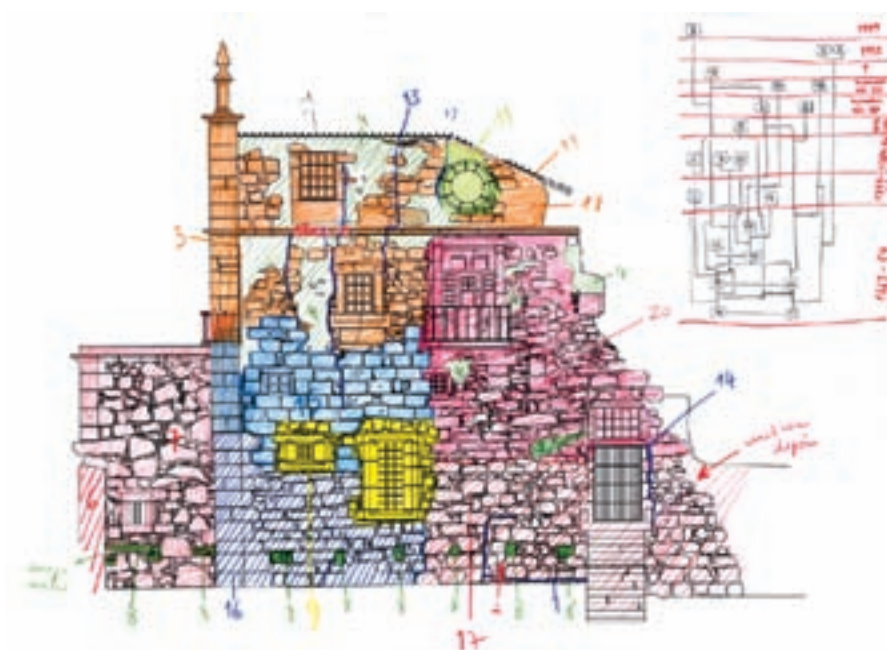


Figura 4. Leitura estratigráfica de alçado no Mosteiro de Santo André de Rendufe

trutiva. Em seguida, sobre os levantamentos do edificado (produzidos para o IPPAR pela empresa daESCALA), procedeu-se a uma primeira leitura estratigráfica dos alçados, com base numa observação macroscópica das paredes e subsequente distinção das diferentes unidades construtivas. Para cada alçado elaborou-se o respectivo diagrama das relações estratigráficas, expressando-se o conjunto das leituras numa planta e num diagrama síntese.

Numa segunda fase e tendo por orientação o estudo prévio, estabeleceram-se as acções arqueológicas específicas a realizar, que contemplaram o levantamento detalhado de alçados e sua leitura estratigráfica pormenorizada, sondagens e escavações em zonas seleccionadas para esclarecer dúvidas de interpretação, para caracterizar as soluções técnico-construtivas do edificado, para informar os projectos de engenharia e de arquitectura e acompanhamento da execução das obras.

Refira-se que os levantamentos topográficos «de arquitectura» serviram apenas para o estudo prévio de leitura estratigráfica de alçados. Para uma leitura mais detalhada, foi necessário elaborar levantamentos pormenorizados, parte dos quais se encomendaram a uma empresa de topografia (no caso, a INFOTOP), especificando o nível de detalhe, enquanto outros foram executados pela equipa de arqueologia.

O estudo prévio dos alçados revelou-se igualmente importante para a definição das zonas onde se deveriam efectuar as sondagens arqueológicas, resultando das escavações a descoberta de estruturas (canalizações, alicerces, pavimentos) e de espólio relacionados com as diversas fases medievais e modernas de ocupação do mosteiro.

Com esta intervenção em Rendufe desenvolveram-se procedimentos padronizados de recolha de dados, utilizando-se um conjunto diversificado de fichas de registo, que se aperfeiçoaram com base nas experiências anteriores. Dedicou-se especial atenção à ficha de registo da estratigrafia, concebendo-se uma estrutura descritiva em duas páginas, com mais de 20 descritores principais, servindo a mesma ficha para descrever contextos estratigráficos sedimentares e construtivos.

Os interessantes dados já obtidos permitiram consolidar a ideia base do projecto de intervenção, a qual é valorizar o mosteiro de Rendufe como monumento interpretado, para o que contribuiu, decisivamente, a identificação de paredes que são verdadeiros palimpsestos da história do mosteiro, o que só foi possível com a leitura estratigráfica de alçados.

Do ponto de vista do exercício da Arqueologia da Arquitectura, a intervenção em curso no mosteiro de Santo André de Rendufe revelou-se de grande importância, pois

para além de permitir estabelecer procedimentos padronizados de recolha de dados, permitiu fixar a metodologia de desenvolvimento de uma actuação em Arqueologia da Arquitectura, susceptível de ser aplicada a outros projectos de intervenção em património edificado.

### 3.4. Igreja de São Gião da Nazaré (2002)

A igreja de São Gião da Nazaré é um monumento notável, exemplar único no actual território português, sendo amplamente referenciado na bibliografia internacional como um importante testemunho da arquitectura cristã antiga da Europa Ocidental, classificando-a uns como visigótica e outros como moçárabe.

Após décadas de abandono nas mãos de particulares, o Estado conseguiu adquirir o monumento e desencadear, através do Instituto Português do Património Arquitectónico, um programa integrado de conservação, estudo e valorização, que está em curso.

Para além dos estudos das especialidades de engenharia, arquitectura e paisagismo, e em estreita articulação com estes, implementou-se, pela primeira vez em Portugal e por iniciativa esclarecida do Departamento de Estudos do Instituto Português do Património Arquitectónico, um completo estudo de arqueologia da arquitectura, contemplando a elaboração de uma memória histórica com base numa recolha documental inédita, a cargo de Pedro Penteado, a análise estratigráfica de alçados, a cargo de uma equipa do CSIC-Madrid, sob coordenação de Luis Caballero Zoreda e a escavação arqueológica (do solo e de paredes), entregue a uma equipa da UAUM-Braga, sob coordenação de Luis Fontes.

No texto que segue apresenta-se uma síntese da sequência de trabalhos já executados no quadro da intervenção em curso na igreja de São Gião da Nazaré, relevando especialmente os aspectos de articulação com as restantes valências intervenientes e o facto, inédito, de se ter procedido à escavação arqueológica de paredes, aplicando exactamente a mesma metodologia de escavação do subsolo.

Os trabalhos arqueológicos iniciaram-se com a limpeza do monumento e elaboração de um detalhado levantamento topográfico do existente, o qual, por si só, proporcionou novos dados de natureza científica e o estabelecimento das condicionantes de desenvolvimento dos projectos de conservação.

Em seguida efectuou-se a leitura estratigráfica pormenorizada dos alçados (sobre levantamentos realizados pela empresa OZ), a qual, cruzada com os dados proporcionados pela análise histórica de base documental, permitiu elaborar uma primeira interpretação da evolução arquitectónica

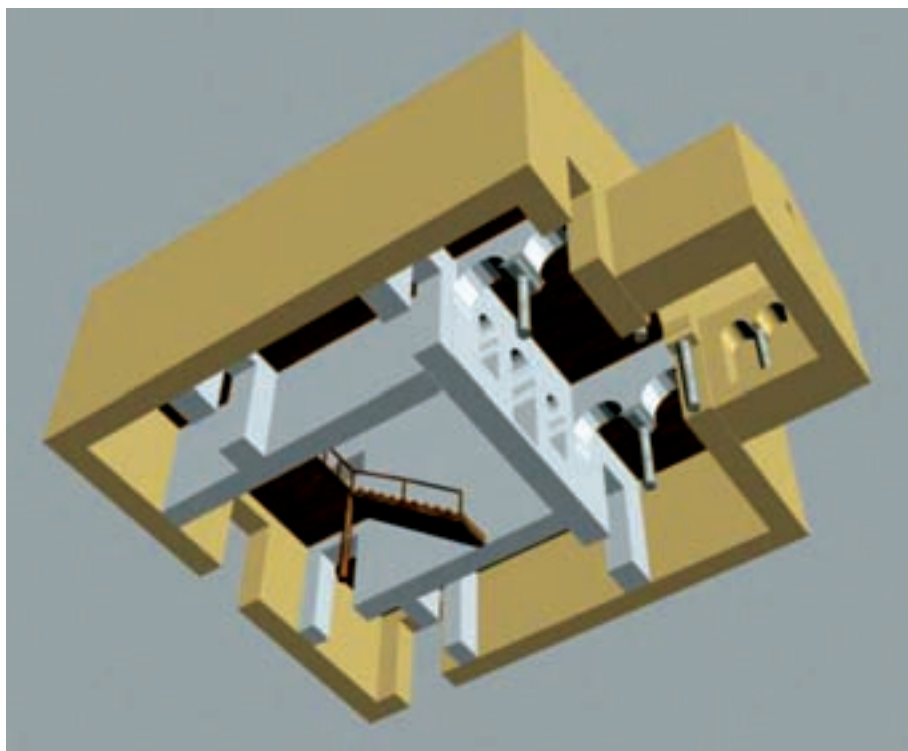


Figura 5. Proposta de restituição do modelo arquitectónico de São João da Nazaré

ca do monumento e estabelecer um programa específico de sondagens arqueológicas, para esclarecer dúvidas e colmatar ausências de informação.

Prosseguiu-se com o acompanhamento arqueológico da colocação da cobertura de protecção (a cargo da empresa S.T.A.P.), eliminando-se quaisquer impactes negativos sobre o monumento e conseguindo-se, em simultâneo, através da observação e registo das amostras sedimentares recolhidas nos furos para as estacas de amarração, confirmar a elevada potencialidade arqueológica do subsolo de São João.

Por outro lado, o registo das acções e a obtenção de dados proporcionado pelo acompanhamento arqueológico, constituem informação fundamental para a elaboração da história do monumento, confirmando-se como uma prática imprescindível em qualquer intervenção em património. Deste modo será possível, no futuro, não só fazer a história da conservação do monumento, como avaliar as consequências das acções realizadas e assegurar uma monitorização informada.

Iniciou-se depois a fase de escavação arqueológica, com marcação de sondagens no solo e nas paredes, em zonas seleccionadas com base nas análises prévias da estratigrafia dos alçados e da planimetria do edifício e das ruínas.

A decisão de escavar arqueologicamente as paredes teve por base a verificação do grande potencial de informação que estas encerravam em termos de rebocos, arga-



Figura 6. Detalhe de sequência construtiva no alçado sudoeste de São João da Nazaré



massas e tipos de aparelho construtivo, a par das evidências de alterações construtivas, manifestas em vãos encerrados e/ou rasgados e paredes adossadas.

A metodologia de escavação nos alçados foi exactamente a mesma das escavações no solo, procedendo-se à decapagem dos revestimentos por camadas naturais de deposição, aqui com recurso a cinzéis e espátulas.

O conjunto dos dados proporcionados pelos trabalhos arqueológicos efectuados até esta data já permitem relançar, com novas bases, não apenas a problemática da tipologia arquitectónica e cronologia do monumento de São Gião, mas também a do povoamento e da estrutura territorial antigas da orla costeira, questão de primordial importância, tanto para a contextualização de São Gião como para a compreensão dos processos de ocupação humana que o actual território da Nazaré conheceu desde a antiguidade.

Assim, pode concluir-se que os trabalhos já realizados confirmaram o elevado potencial científico de São Gião, acrescentado agora com a identificação de uma longa sequência de ocupação do local e com a obtenção de novos dados que possibilitam avançar na interpretação das características arquitectónicas do edificado, constituindo por essa via um importante factor de valorização do monumento, que dentro de poucos anos poderá ser fruído em pleno pelos visitantes que aí se deslocam.

Isso mesmo consta dos relatórios oportunamente apresentados ao IPPAR e que deverão servir para informar as valências de engenharia e de arquitectura, agora habilitadas a desenvolver os projectos finais de conservação e valorização do monumento.

### 3.5. Igreja Velha de São Mamede / Felgueiras (2004)

A Igreja Velha de São Mamede, antiga paroquial de Vila Verde, Felgueiras, é um pequeno templo rural de traça românica tardia, datável do século XIII, que conheceu remodelações no decurso dos séculos XVI e XVIII. Foi desactivada após a edificação da nova e actual igreja paroquial em 1866, entrando progressivamente em abandono e ruína.

Porque se trata de um edifício com inegável interesse arquitectónico, a DGEMN-Norte despoletou o processo de classificação como monumento e implementou um projecto de restauro (da responsabilidade do arquitecto Miguel Malheiro), no âmbito do qual foi solicitado à Unidade de Arqueologia um estudo de «análise estratigráfica de alçados e interpretação da evolução arquitectónica do monumento» (sob orientação de Luis Fontes).

Com base na experiência já adquirida nos estudos de Tibães, Rendufe e São Gião e ponderadas as características específicas da igreja velha de São Mamede de Vila Verde, como a sua pequena dimensão e o facto importante de par-

te significativa das paredes terem perdido os rebocos de revestimento, entendeu-se oportuno ensaiar a aplicação de uma nova ferramenta de recolha e tratamento de informação gráfica, elaborando-se os levantamentos dos alçados através de restituição por fotogrametria de convergência, com recurso à aplicação informática «PhotoModeler».

Este trabalho de levantamento fotográfico exaustivo e posterior restituição fotogramétrica, foi feito pelos arqueólogos, aspecto que valorizamos especialmente, na perspectiva de que devem ser os próprios arqueólogos a fazer os levantamentos gráficos: quer porque são quem sabe o que é preciso desenhar, estabelecendo níveis de rigor uniformes para todo o estudo, quer ainda porque, ao fazerem os registos fotográficos, estabelecem um primeiro contacto com o edifício, que lhes facilitará a posterior restituição fotogramétrica e a sequente leitura estratigráfica.

Após o levantamento fotográfico e desenho por restituição fotogramétrica de todos os alçados, procedeu-se à identificação dos diferentes contextos construtivos (unidades mínimas com características construtivas uniformes e limites definidos), que se delimitaram em desenhos à escala 1:50 e descreveram nas respectivas fichas. Ainda nesta fase estabeleceram-se as sequências estratigráficas em cada alçado, elaborando-se o respectivo diagrama.

Estabeleceram-se depois as diversas fases construtivas e o diagrama estratigráfico de síntese, que sustentaram uma proposta de interpretação da evolução arquitectónica do edifício.

Não se justifica apresentar aqui uma descrição detalhada dessa evolução, bastando referir que, para além da edificação original, em poderoso aparelho de cantaria esquadriada, se sucederam mais quatro fases construtivas, correspondendo a última à desactivação da igreja, seu abandono e consequente arruinamento.

Verificou-se, portanto, que a igreja velha de São Mamede de Vila Verde não é, apesar da sua aparente uniformidade, um edifício arquitectonicamente unitário, correspondente à execução de um só projecto construtivo.

Tal como a análise estratigráfica de alçados evidenciou, o edifício revela diversas e significativas alterações arquitectónicas, que testemunham uma sucessiva adaptação do templo às novas exigências de organização dos espaços de culto, determinadas pelas reformas que a Igreja foi conhecendo e que a população de Vila Verde não terá deixado de assimilar.

A igreja velha de São Mamede de Vila Verde constitui um bom exemplo de património arquitectónico que deve ser conservado e valorizado numa perspectiva de monumento interpretado, isto é, de proporcionar ao visitante a compreensão da tessitura da História, através da leitura das diversas arquitecturas que se sedimentaram no edifício. Na



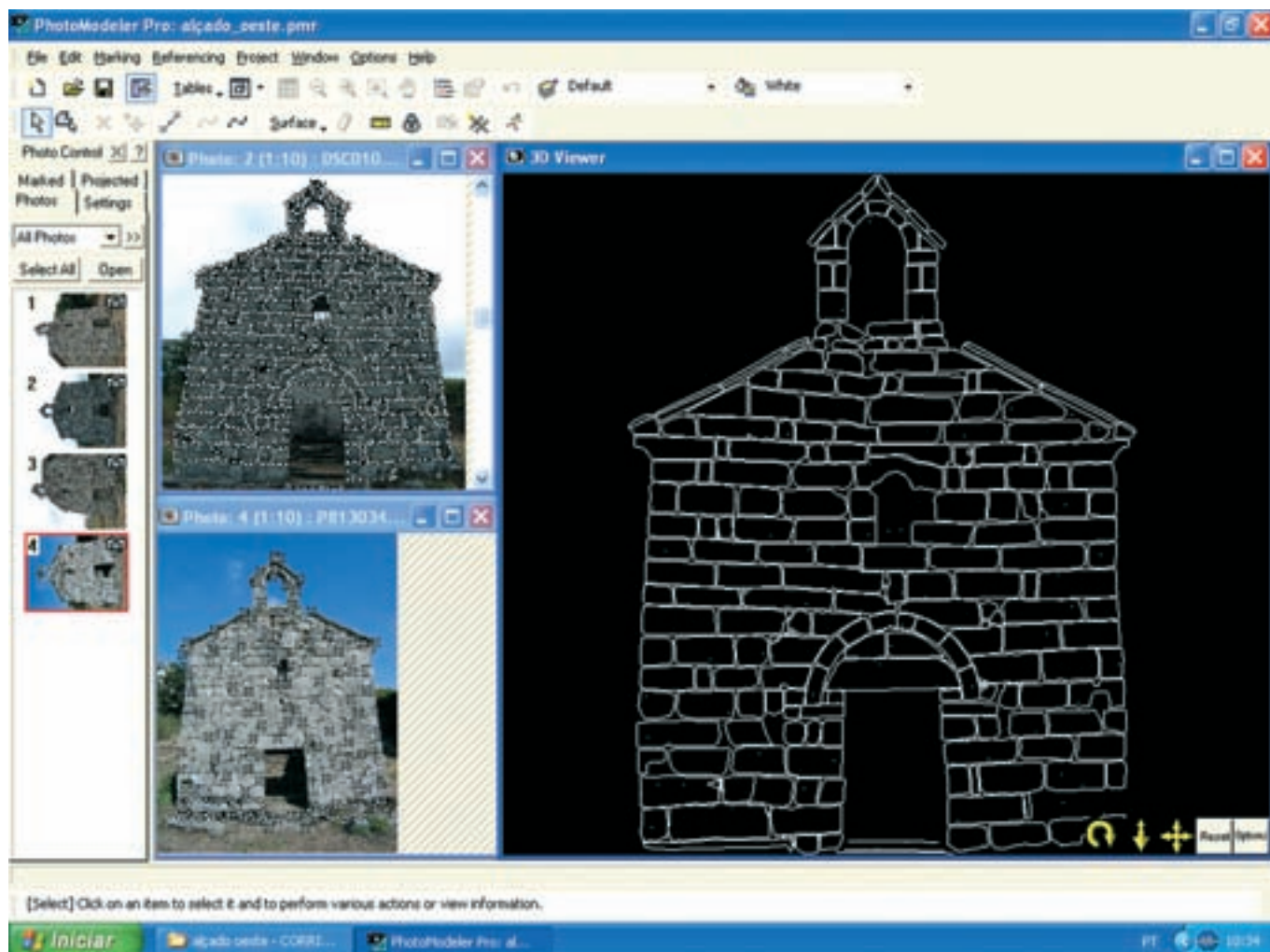


Figura 7. Restituição de alçado da Igreja Velha de São Mamede de Vila Verde, por fotogrametria de convergência

sua recuperação será assegurada, portanto, a conservação das diversas expressões arquitectónicas que foi conhecendo ao longo da sua existência.

Do ponto de vista do exercício da Arqueologia da Arquitectura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, esta última experiência na igreja velha de São Mamede de Vila Verde constituiu o completo amadurecimento das rotinas de procedimento na análise estratigráfica de alçados, incorporando nessas rotinas a manipulação de recursos tecnológicos avançados, que anteriormente se utilizavam apenas na fase de tratamento final da informação gráfica.

Esta manipulação de recursos tecnológicos avançados, especialmente ao nível das ferramentas informáticas de desenho assistido por computador e de modelização 3D, é cada vez mais imprescindível na análise arquitectónica dos edifícios e constitui também, hoje, um poderoso instrumento de divulgação de resultados, como se evidencia na área dos conteúdos multimedia.

#### 4. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA

##### 4.1. O património arquitectónico precisa de intervenções: da necessidade de Arqueologia da Arquitectura ao falso problema dos custos

A questão da necessidade de participação dos arqueólogos nas intervenções sobre património edificado é antiga, importando aqui registar que só a partir da década de 90 do século XX é que o seu papel conheceu um maior reconhecimento, em nossa opinião por via dos projectos de intervenção promovidos pelo IPPAR, que então conheceu uma reestruturação orgânica profunda, passando a coordenar as intervenções nos imóveis classificados sob a sua tutela directa.

Esta necessidade de participação dos arqueólogos é tanto mais importante quanto se assiste, actualmente, a uma nova orientação das imobiliárias para a recuperação de

edifícios antigos, sendo que é nesta actividade de «restauro» de prédios que mais se faz sentir a necessidade de conhecimento, para informar adequadamente os projectos de «recuperação».

Contudo, não existem ainda condições legislativas e de reconhecimento da disciplina, a par da ausência de equipas capazes de dar resposta em tempo útil, que permitam avançar para a realização de trabalhos sobre edifícios não classificados, erradamente considerados como «arquitECTURA menor», o que se traduz em graves perdas para o conhecimento da arquitectura tradicional e para o estudo das expressões arquitectónicas do urbanismo.

Ora, esta situação comporta um elevadíssimo risco de perda de conhecimento, por vezes irreparável, e de valor dificilmente mensurável. Sendo difícil de medir; é com certeza grande e traduzir-se-á, no futuro próximo, em custos acrescidos.

Portanto, é nesta perspectiva de confronto com o valor da perda de conhecimento que fará sentido abordar a questão dos novos custos que implica a prática da Arqueologia da Arquitectura.

Considerando, de igual modo, que o conhecimento constitui, seguramente, o mais precioso «capital» de qualquer sociedade, agora e no futuro, caberá especialmente ao Estado, em representação dos cidadãos, assegurar a sua produção e divulgação também nesta área da Arqueologia da Arquitectura.

Mas não se pode esperar que o Estado resolva tudo, repetido vícios velhos de dependência de políticas casuísticas, que vão e vêm de acordo com a maior ou menor sensibilidade dos responsáveis políticos. Cabe também às Câmaras Municipais fomentar esses estudos, tanto pela mais lenta e «alérgica» via administrativa, através de regulamentos condicionantes das intervenções em áreas urbanas com interesse arquitectónico, quer pela mais atractiva e eficaz modalidade de isenção de taxas e apoio técnico aos projectos.

Cabe igualmente aos promotores imobiliários aceitar os custos dos trabalhos de Arqueologia de Arquitectura como custos base do empreendimento, tal como fazem com os custos do projecto de arquitectura, de engenharia, de electricidade, de materiais e mão-de-obra, etc.

Cabe ainda às Universidades concretizar a tão desejada interligação com a sociedade, protocolando com as associações empresariais, com as entidades governamentais e com as autarquias, o desenvolvimento de projectos científicos e técnicos, não só na área da Arqueologia da Arquitectura mas na área mais global da Conservação do Património.

Parece-nos que este será um dos grandes desafios do futuro, para assegurar a qualificação dos espaços urbanos e

das paisagens associadas e, por essa via, contribuir para um ordenamento territorial equilibrado.

Mas a verdade é que todos os nossos trabalhos, como cremos que a generalidade dos trabalhos realizados em Portugal, incidiram sobre monumentos classificados e decorreram de projectos de valorização patrimonial promovidos pelas entidades estatais que os tutelam. E não parece provável que a situação se altere nos próximos anos.

#### **4.2. Ensino e formação em Arqueologia de Arquitectura**

A Arqueologia da Arquitectura exige recursos e meios que devem ser contemplados no quadro das políticas de investigação e de valorização patrimonial desenvolvidas pelas entidades da tutela, seja através dos programas de apoio à investigação desenvolvidos pelo IPA - Instituto Português de Arqueologia, pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia e por outras instituições (como a Fundação Calouste Gulbenkian), seja por via dos grandes programas de intervenção em monumentos implementados pelo Instituto Português do Património Arquitectónico ou os mais modestos programas de conservação e valorização desenvolvidos pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Estas duas últimas entidades, a primeira de modo mais consistente, têm vindo a manifestar alguma abertura à realização deste tipo de estudos, recaindo neste momento sobre os arqueólogos a responsabilidade de demonstrar a sua importância e necessidade, o que só será possível se garantirem a aplicação das metodologias e procedimentos já fixados pela arte, entre os quais releva o domínio da análise estratigráfica, a par de um conhecimento profundo das técnicas construtivas.

Do ponto de vista da organização administrativa da arqueologia, em Portugal uma competência das estruturas do Estado, consideramos que não se justifica qualquer autonomização da Arqueologia da Arquitectura. Mas os técnicos das entidades da tutela devem receber formação complementar para poderem apreciar e pronunciar-se sobre projectos de intervenção em monumentos edificados ou em zonas de especial sensibilidade às questões de arquitectura histórica, como são os centros históricos urbanos, no sentido de assegurarem a realização de estudos de Arqueologia da Arquitectura e/ou a elaboração de pareceres por arqueólogos com competências nesta especialidade.

Nada disto será possível, naturalmente, se não houver formação específica em Arqueologia da Arquitectura, a qual, em nossa opinião, se deve concretizar ao nível das pós-graduações, especializações, mestrados e doutoramentos, o que significa um grande desafio para as universi-

dades, não só para aquelas que possuem licenciaturas em Arqueologia, que terão uma responsabilidade acrescida, mas também para as que proporcionam licenciaturas em Arquitectura e na área da Conservação e Gestão do Património.

Deve notar-se que em Portugal, ao contrário de outros países, não existe a categoria de arquitecto restaurador, sendo que é no restauro de edifícios antigos que mais se faz sentir a necessidade de conhecimento para informar adequadamente os projectos de intervenção.

Na Universidade do Minho já se contempla esta matéria, assegurando-se desde 2002 estágios em intervenções arqueológicas na área da Arqueologia da Arquitectura para os alunos da licenciatura em Arqueologia. Num futuro próximo, perspectiva-se o ensino avançado em Arqueologia da Arquitectura através de mestrados e doutoramentos na área de saber Arqueologia: Materiais e Técnicas.

Situamos ainda neste âmbito da formação a questão, que nos parece crucial, do fomento do diálogo interdisciplinar - porque a prática da Arqueologia da Arquitectura, salvo raras excepções, estará sempre associada a intervenções arquitectónicas actuais sobre o edificado, os arqueólogos têm que saber dialogar com os outros intervenientes no processo, desde arquitectos e engenheiros até aos proprietários e gestores diversos.

## 5. CONCLUSÕES

Os próximos anos serão fundamentais para a afirmação da Arqueologia da Arquitectura em Portugal, seja pelo aparecimento de equipas de profissionais que reivindiquem o desenvolvimento desta área de actividade, seja pelo seu fomento por iniciativa das entidades governamentais da tutela e das autarquias, seja ainda pela aposta na qualidade por parte dos promotores imobiliários.

Por todas estas razões, acreditamos que a Arqueologia da Arquitectura não deixará de dar um contributo significativo para a elevação da qualidade nas intervenções em património edificado e, por essa via, constituir-se mesmo como uma espécie de certificação - do mesmo modo que a legislação determina que qualquer intervenção em património classificado só pode fazer-se com a participação de arquitecto qualificado, não seria de exigir também a participação de arqueólogo qualificado?